

### 3.

## Sobre adolescentes e adolescentes

La juventud no es una condición natural sino una construcción histórica que se articula sobre recursos materiales y simbólicos.

Mario Margullis e Mario Urresti

A abordagem dos adolescentes participantes do estudo foi realizada no interior de estabelecimentos de ensino<sup>1</sup>, o que trouxe, durante o processo de investigação, algumas questões relativas à identidade desses jovens. A primeira delas concerne à relação entre idade e vinculação escolar. Foi possível encontrar nas escolas, numa mesma turma, adolescentes entre treze e dezessete anos. Por outro lado, ao proceder à análise dos questionários e dos registros feitos a partir dos grupos focais foi possível perceber uma diversidade de elementos como instâncias de diferenciação entre adolescentes pertencentes a uma mesma série do ensino fundamental, no entanto, em instituições de ensino distintas.

Dessa forma, foi interessante constatar que, desvinculada de elementos como gênero, etnia e condição sócio-econômica, a questão da idade pouco ou quase nada revela a respeito da singularidade desses adolescentes, bem como de seus traços culturais no interior de um grupo; daí a importância de se observar a inserção escolar desses adolescentes – se numa classe do ensino fundamental ou médio, se numa escola vinculada à esfera municipal ou federal. De acordo com BOURDIEU (1983), uma complexidade se estabelece nas relações entre a idade social e a idade biológica, na medida que “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (p.113).

Nesse sentido, uma série de perguntas foram formuladas, na medida do caminhar do processo de pesquisa, entre elas: Quem são os adolescentes pesquisados? Podem ser definidos somente em função da idade? De sua origem social? De sua vinculação escolar? A palavra adolescente pode definir sua identidade? Terão todos a mesma vivência sobre essa fase da juventude? E com relação ao consumo, estarão buscando os mesmos produtos e símbolos?

No interior do grupo analisado, que contou com um total de quarenta e nove adolescentes, as meninas formam a maioria com vinte e seis participantes,

---

<sup>1</sup> Os motivos que levaram a essa opção de contato com os adolescentes são explicitados no capítulo seguinte.

enquanto que os meninos somam vinte e três. As faixas etárias de catorze e quinze anos foram as que concentraram o maior número de participantes – num total de trinta e cinco (71,43%), todos alunos da oitava série do ensino fundamental. No momento em que foi realizado o estudo, observou-se uma diferenciação entre os jovens: alguns se preocupam com o ingresso no mercado de trabalho, enquanto outros mantêm o foco na continuidade dos estudos com vistas à entrada no ensino superior. Apenas cinco dos questionários analisados foram respondidos por alunos do segundo ano do ensino médio, os quais estão na faixa etária dos dezesseis e dezessete anos, à qual pertencem, ainda, outros oito adolescentes inscritos na oitava série do ensino fundamental. A tabela 4, exposta a seguir, ilustra esse retrato parcial dos adolescentes, que representam o conjunto analisado na pesquisa.

**Tabela 4 – Características do grupo estudado:**

	Idade		Sexo				Série	
	F	%	Fem	%	Masc	%	8ª série	2º ano
<b>13</b>	01	2,04%	01	2,04%	-	-	01	-
<b>14</b>	<b>21</b>	<b>42,86%</b>	10	20,41%	11	22,45%	21	-
<b>15</b>	<b>14</b>	<b>28,57%</b>	08	16,33%	06	12,24%	14	
<b>16</b>	09	18,37%	05	10,20%	04	8,16%	06	03
<b>17</b>	04	8,16%	02	4,08%	02	4,08%	02	02
<b>Total</b>	49	100%	26	53,06%	23	46,94%	44	05

F=freqüência

Na tentativa de encontrar se não respostas, ao menos pistas nessa trajetória de estudo, a opção pela recuperação da história do tratamento da adolescência no Brasil, bem como um contato com reflexões a respeito da categoria juventude e da própria identidade se mostrou interessante. Além disso, tendo em vista a preocupação fundante da pesquisa, ou seja, a busca pelos significados presentes na relação entre o consumo e a adolescência no processo de construção da imagem de si, buscou-se o conceito de representação social como meio de agregar elementos afeitos a essa dinâmica de desenvolvimento de identidades pessoais e sociais.

### 3.1

#### Do “menor” ao adolescente

“Sinto um imenso vazio,  
E o Brasil que herda o costume servil  
Não serviu pra mim  
Juventude, aventura e medo  
Desde cedo encerrado em grades de aço.”

Paulo Ricardo

Uma imensidão de marcas, etiquetas e anúncios povoa os meios de comunicação e, dirigindo-se a velhos e jovens, homens e mulheres, apresentam de forma imperativa a última moda. Os produtos mais diversos e cada vez menos duráveis se apresentam como a novidade indispensável para a vida na civilização globalizada. Os que consomem, com a facilidade proporcionada pelo acesso ao dinheiro, apreciam e acumulam os objetos que, um a um, vão se substituindo num tempo cada vez menor. Noutro pólo estão os que sonham em concretizar o ato do consumo diante, inúmeras vezes, dos mesmos apelos publicitários do grupo anterior. Como afirma WIEWIORKA, ao refletir sobre o individualismo contemporâneo<sup>2</sup>, o sujeito “...*tem a intenção de consumir, continuar a consumir se já o fez, começar a fazê-lo se ele ainda não o pôde.*” (1997:23)

Se a expectativa de consumo pode ser traduzida, de um lado, pela busca do prazer, de outro, pode ser contextualizada como possibilidade de crime, principalmente se o sujeito da oração mora mal, come mal e mal trabalha. A reinvenção, como via das estratégias de sobrevivência dos grupos subalternizados termina por sofrer golpes constantes, seja pela face minimalizada do Estado (que se ausenta do cenário social e constrói critérios de seletividade cada vez mais rígidos) seja por seu traço ampliado, marcado pelo ostensivo aprisionamento desse segmento da sociedade.

Sobre esse assunto, afirma João Ricardo Dornelles:

---

<sup>2</sup> O autor situa o individualismo contemporâneo ao lado do sistema internacional, dos Estados e das mutações sociais, enquanto níveis de análise da violência e das mudanças gestadas no interior do fenômeno.

“Assim é que a implantação do chamado ‘Estado mínimo’, no campo econômico e da proteção social, é acompanhada do ‘Estado máximo’ no campo das políticas de segurança, com a retomada do ‘discurso da lei e ordem’, abrindo espaço para o ‘darwinismo social’ como estratégia de controle social, e para as políticas criminais de emergência, com base no eficientismo penal.”(2002:123)

Nesse sentido, é interessante a reflexão empreendida por Vera Malagutti Batista (1998) quanto ao “olhar seletivo” dos agentes do poder judiciário em relação aos adolescentes envolvidos com drogas entre os anos 60 e 80 na cidade do Rio de Janeiro, marcado por um referencial que apontava, de um lado, a desestruturação e, de outro, a organização da família como determinante para o veredicto: no primeiro caso a internação em instituições correcionais, e no segundo a liberação para tratamento médico com o apoio familiar.

As raízes desse processo se encontram na perspectiva dicotomizada da infância e juventude, a qual, segundo RIZZINI (1997)<sup>3</sup> separava esses sujeitos de acordo com sua origem social. Dessa forma, aos pobres dirigia-se uma ação tutelar e vigilante do estado, enquanto que aos demais, reservava-se à família o cuidado e acompanhamento.

Vale ressaltar, ainda, que ao período da economia escravista, no qual se estrutura e consolida um olhar preconceituoso dirigido à família negra e indígena, corresponde o cenário que orienta a gênese dessa dicotomização abordada por pela autora. No decurso da história do Brasil, portanto, é possível constatar uma visão de caráter moralizador, caritativo e policialesco dirigida à infância e à juventude e que culmina, em 1927, na promulgação do Código de Menores.

O menor em situação irregular, que se constituía em alvo das ações tutelares do Estado, pertencia a uma família pobre, comumente identificada como desestruturada e desagregada, portanto, incapaz de oferecer um ambiente adequado à sua formação sócio-cultural. À categoria jurídica de *menor*, portanto, corresponde a identificação de um indivíduo não apto ao exercício da cidadania, como afirma Ester Arantes (1993), e ao qual foram dirigidas a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) – nos anos 40 – e da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) – nos anos 60.

As instituições destinadas ao atendimento dos menores, segundo a autora, obedeciam a uma lógica de intervenção que não concorria para a redução da

---

<sup>3</sup> A autora aborda o processo de dicotomização da infância ao focar a sociedade republicana brasileira do final do século XIX e início do século XX.

pobreza ou de seus efeitos, ao mesmo tempo que se configuraram num espaço para introdução de técnicos – numa perspectiva de racionalização da caridade – e de procedimentos higienizantes, bem como de uma estratégia de criminalização dos sujeitos. A autoridade sobre o corpo, portanto, passa a ser exercida não pelos “menores” assistidos pelas instituições, mas por seus “especialistas”, o que redundava no domínio sobre a alimentação, o vestuário e o próprio tempo.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU) de 1989, consiste num marco de fundamental importância que, juntamente com os movimentos sociais vinculados aos interesses da infância e juventude no Brasil, contribuiu para a construção dos fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No artigo 40 da Convenção, que trata da questão do ato infracional, por exemplo, são previstas garantias que também foram inseridas no texto do Estatuto, como o respeito à vida privada; a condição de inocente até que seja provado o contrário; o direito à informação relativa à acusação; a necessidade de estabelecimento de uma idade mínima antes da qual presume-se não ter a criança capacidade para infringir leis penais.

Nesse sentido, a aprovação do ECA indica a emergência de uma ótica que promove o respeito e a proteção dos interesses desse segmento social como estratégia de atuação no cenário das políticas públicas. Tal mudança na forma de encarar a questão emerge como resultante de uma dinâmica social que, herdeira das desigualdades gestadas desde a colonização escravocrata, foi marcada pela tensão entre um enfoque disciplinador e estigmatizante e outro que busca o privilegiamento das especificidades da criança e do adolescente, bem como a superação de tais desigualdades. Os anos noventa, dessa forma, são inaugurados com uma concretização dessa mudança de leitura, ao menos do ponto de vista legal, sendo o ECA um instrumento de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, independentemente de sua origem sócio-econômica, rompendo-se, dessa forma com a perspectiva dicotomizada.

Esse marco legal inaugurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que determina medidas de proteção e sócio-educativas no sentido de assegurar os direitos fundamentais desse segmento da sociedade (vida, liberdade, educação, profissionalização, convivência familiar e comunitária, entre outros) tem provocado intensos debates no seio da sociedade, principalmente a partir de incidentes violentos que envolvem esses jovens. Na concepção de alguns, o

estatuto não prevê sanções suficientemente duras quando da prática de atos infracionais, o que estimularia o envolvimento de crianças e adolescentes em atos violentos. Tal perspectiva, no entanto, não encontra ressonância entre os defensores do Estatuto e da lógica por ele preconizada, entre eles assistentes sociais que trabalham diretamente com a questão da adolescência, seja em instâncias do poder executivo – abrigos e instituições voltadas para o cumprimento de medidas sócio-educativas – seja do poder judiciário – juizados da infância e juventude, além de conselheiros tutelares.

Se do ponto de vista legal toda a estrutura de atendimento à infância e à juventude sofreu mudanças profundas no sentido da proteção de seus direitos, bem como da superação daquela visão dicotomizada, na prática institucional ainda persistem muitos traços da lógica anterior calcada no preconceito e na violência.

Em março de 2002, a revista Caros Amigos trouxe em sua edição uma entrevista com a presidente da AMAR – Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco. Num determinado momento, Conceição Paganele revela como corrigiu sua visão a respeito da FEBEM quando seu filho entrou no sistema:

“...Aí fiquei aliviada, pois ele estava indo para a Fundação do Bem-Estar do Menor, ia encontrar tudo aquilo que eu não podia dar (...) Na primeira visita à Unidade Imigrantes, quando cheguei e encontrei ele com aquele moleton com as mangas pela metade, a calça pela metade, um chinelo de dedo – apesar das drogas, de tudo, ele tinha muita vaidade, usava tênis, cabelo sempre muito cortadinho, até hoje continua nessa estiva que ele adora, que ele acha muito importante – e uma escova de dentes que me marcou de cara. Aquela escova de dentes descartável, uma coisa horrível, uma coisa pobre demais (risos). Ela é de plástico e as cerdas também, é pra usar uma vez e jogar fora. O único pertence que eles tinham – pude observar em cada jovem – era a escova de dentes pendurada no pescoço, a única coisa a que tinham direito dentro da Febem. (...)

Ainda que a situação tenha sido vivenciada fora do Rio de Janeiro, o relato nos chama atenção para as milhas que ainda precisam ser percorridas no sentido de garantir que os direitos preconizados no ECA sejam respeitados. Somado a essa experiência está um cotidiano que, no país inteiro, ainda persiste preso às vendas que impedem um olhar sobre o adolescente como um sujeito de direitos, independentemente de sua situação sócio-econômica e que, conseqüentemente,

produza ações não mais fundamentadas em representações configuradoras de desigualdade, ou seja: “menor” *versus* “adolescente”.

Entre os elementos situados no âmbito das políticas públicas que nos chamam a atenção, está a própria nomenclatura das fases componentes da educação escolar, conforme o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

**Art. 21.** A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

A terminologia utilizada, não por acaso, nos remete ao quadro sócio-econômico do Brasil. Um paralelo entre os contornos do mesmo demonstra que a **base** da pirâmide social fica represada na chamada educação **básica**, principalmente no período denominado de ensino fundamental. Enquanto que o ensino superior termina por se constituir num espaço consolidado para aqueles que se situam no topo da pirâmide social.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos anos de estudo, de acordo com o critério de renda familiar, dão conta desse quadro de desigualdade. A tabela 5, exibida a seguir<sup>4</sup>, demonstra tal fenômeno:

**Tabela 5 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 a 24 anos de idade, por grupos de idade e renda mensal familiar per capita:**

	10 a 11 anos		12 a 14 anos		15 a 17 anos		18 a 24 anos	
	Até 1/4 do SM	Mais de 2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 2 SM	Até 1/4 do SM	Mais de 2 SM
Brasil (1)	2,3	4,2	3,4	6,4	4,5	8,6	4,6	10,6
Sudeste	3,0	4,2	<b>4,5</b>	<b>6,5</b>	<b>5,5</b>	<b>8,6</b>	5,6	10,6

De acordo com a tabela, que apresenta dados relativos ao ano de 1997, existe no país uma discrepância quanto à variação da média de anos de estudo entre os grupos de idade, determinada pela renda familiar. No tocante à região

<sup>4</sup> Dados extraídos da Tabela 4 - Média de anos de estudo das pessoas de 10 a 24 anos de idade, por grupos de idade e renda mensal familiar per capita, segundo as Grande Regiões Brasil e Grandes Regiões – 1997 do IBGE.

sudeste, por exemplo, no interior das famílias com renda limitada a um quarto do salário mínimo, o acréscimo de anos de estudo do grupo de idade de quinze a dezessete em relação ao anterior (de doze a catorze) é de apenas um ano; já entre as famílias que apresentam uma renda acima de dois salários mínimos, esse acréscimo sobe para o dobro.

Dessa forma, o que é “fundamental” para uns não é suficiente para outros, e não apenas no que diz respeito ao acesso à educação, como também em relação aos mundos do trabalho, da cultura e do consumo, na medida que se constituem em processos desenvolvidos em meio a especificidades do ponto de vista social e econômico.

Tais elementos remetem à imagem proposta por BAUMAN (1999:102) de um mundo transitado por “turistas” (consumidores ativos) e “vagabundos” (consumidores frustrados). Em suas palavras, “vagabundos são o refúgio de um mundo que se dedica ao serviço dos turistas”. Os “turistas” do autor se inscrevem na realidade social dos que possuem um maior nível de escolaridade, da mesma forma que têm acesso a um leque amplo de oportunidades, contrapondo-se àqueles que vêem suas oportunidades presentes somente no discurso oficial que, via de regra, dá conta da existência de uma igualdade, a qual em nada se parece com a realidade de desigualdade social que se concretiza no cotidiano.

### 3.2

#### Identidade juvenil

As revoltas, as conquistas da juventude  
são heranças, são motivos pras mudanças de atitude,  
Os discos, as danças, os riscos da juventude  
a cara limpa, a roupa suja  
Esperando que o tempo mude...

Humberto Gessinger

De acordo com MARGULLIS (1996), a duração do período comumente chamado de juventude tem a ver com elementos afeitos às esferas histórica, social e econômica. O autor entende que os setores médios e populares vivenciam esse momento a partir de elementos diferenciados, os quais contribuem para sua ampliação ou redução. O fato de contarem com um contexto de maior ou menor proteção no tocante à garantia do acesso a serviços, bem como as esferas sócio-

culturais de suas condições de vida – se privilegiadas ou precarizadas – se reflete diretamente na vivência e na concepção de juventude dos setores médio e popular.

Eventos como gravidez precoce, ingresso no mercado de trabalho, contornos da constituição familiar marcados por abandonos e violência, falta de acesso – ou precarização do mesmo – a uma educação de qualidade, bem como a ferramentas como informática, constituem fatores de abreviação desse tempo de juventude no que diz respeito às classes de baixa renda. Nesse sentido, segundo o autor,

se puede reconocer la existencia de *jóvenes no juveniles* – como es el caso de muchos jóvenes de sectores populares que no gozan de la moratoria social y no portan los signos que caracterizan hegemónicamente a la juventud – , y de *no jóvenes juveniles* – como ciertos integrantes de sectores medios y altos que ven disminuido su crédito vital excedente pero son capaces de incorporar tales signos” (1996:22)

Aliás, no interior dos grupos focais que realizamos durante a pesquisa, essa perspectiva não-linear da relação entre a filiação etária e a vivência da juventude se apresentou no discurso dos adolescentes, quando a eles foi solicitado que abordassem os elementos que imprimiam uma diferença entre eles e os adultos. No grupo formado por alunos do CPII, a construção da representação de adultos e adolescentes emerge vinculada à questão da aparência estabelecida em função de peças de vestuário – numa alusão clara ao papel desses objetos de consumo na constituição de imagens – as quais poderiam conferir um aspecto jovial ou formal ao perfil das pessoas. Um dos estudantes tentou, inclusive, descrever o tipo de roupa usualmente observado num adulto, bem como aquele mais frequentemente encontrado em adolescentes.

Enquanto isso, o grupo constituído por adolescentes matriculados na EMPJG, apresentou outros elementos presentes em sua representação dos dois segmentos sociais. Além de mencionar a postura diante do mundo – uma estudante afirmou que “*Eles (os adultos) se preocupam mais e a gente se preocupa menos...*” – os participantes atribuíram a determinadas funções sociais o marco diferencial entre o mundo adolescente e o mundo adulto. Desse modo, o lazer foi abordado como um espaço tipicamente juvenil, ao passo que ao cuidado com família e filhos, bem como à inserção no mercado de trabalho foi dirigido um olhar dúbio, na medida que quando um dos adolescentes relatou essas atividades

como pertencentes à esfera adulta, foi imediatamente lembrado pelos demais que muitos adolescentes partilhavam dessas mesmas experiências.

Outro aspecto interessante que emerge no interior das discussões dos grupos focais diz respeito à relação dos participantes com o olhar do outro. Quando perguntados sobre sua relação com a moda, a vigilância dos outros se mostrou um item de preocupação de uma forma bem clara para a maioria deles, no sentido de evitar um processo de exclusão, o que foi mencionado por uma das alunas do CPII através da importância atribuída ao grupo de amigos, bem como pelos demais mediante as expressões: “podem te zoar” (aluno do CPII); “você pode ser excluído” (aluno da EMPJG); “podem falar: Olha aquele garoto ali!” (aluno do CPII); “as pessoas vão olhar diferente pra você” (aluna da EMPJG). Por outro lado, a moda como meio de possibilitar um olhar mais atento do outro também pode ser encarada de forma positiva, como afirmou uma das adolescentes da EMPJG: “Ah, sei lá, as pessoas olham mais pra gente...” (referindo-se ao fato de estar trajando roupas da moda).

Por outro lado, um adolescente da EMPJG e outra do CPII procuraram demonstrar que não havia uma ligação necessária entre a moda e seu modo de vestir, e que o fato de estarem ou não vinculados à mesma não fazia diferença em seu comportamento.

A ambigüidade presente nessa relação com a moda, no entanto, emerge quando são questionados os comportamentos adotados diante da influência exercida pelos outros na composição de sua imagem. Os alunos da EMPJG, em sua totalidade, afirmam ser suas escolhas pessoais aquelas que pesam na composição de seu estilo de vestir, as quais não se vinculam à ascendência seja da televisão e suas celebridades, seja de personalidades que se destacam no mundo do esporte, seja de outros meios, como revistas. Da mesma forma, esses mesmos adolescentes são categóricos ao se posicionar diante do valor da marca, retirando da mesma qualquer importância no tocante a suas escolhas na hora de adquirir uma roupa.

Entretanto, o mesmo grupo quando questionado sobre a quem atribuem o olhar vigilante, ou seja, quem, de um modo geral, repara na marca dos produtos, revelou que são os jovens mais pobres que protagonizam esse tipo de comportamento. Considerando que um deles afirma não ter uma condição financeira privilegiada – sendo acompanhado de olhares de apoio pelos demais –

o tal posicionamento neutro diante da marca ou das influências externas perde seu traço absoluto, adquirindo um aspecto relativo.

Os alunos do CPII que participaram do grupo focal enumeram algumas fontes de influência relativas ao seu modo de vestir, sendo a família, a televisão, os próprios amigos e revistas voltadas para o público feminino adolescente, aquelas que apresentam um peso maior. Quanto à marca, os participantes, da mesma forma que os alunos da EMPJG, se posicionam de modo a não atribuírem importância à mesma; contudo, revelam que a observância relativa à inscrição na moda, bem como à exibição de itens de marca, consiste numa postura afeita aos jovens mais ricos. Alguns dão exemplos de espaços freqüentados por aquele segmento social – os nomes de alguns shoppings centers são lembrados – onde a ausência de marcas famosas e roupas da moda são ostensivamente observadas.

Tais elementos de ambigüidade presentes no discurso dos adolescentes em diversos momentos, seja na dinâmica do grupo focal, seja nas respostas às perguntas do questionário, interagem com o processo de construção de sua identidade, na medida que a imagem – avessa, adaptada ou neutra em relação a marcas e modismos – termina por se constituir num de seus fundamentos.

Conforme mencionado no capítulo anterior, a representação socialmente construída do adolescente como um sujeito dotado de rebeldia, portanto, afeita a posturas transgressoras e avesso a enquadramentos, inclusive de modismos, termina por emergir direta ou indiretamente no discurso dos participantes. Perguntado sobre o que tornava o adolescente diferente do adulto, um dos participantes do grupo focal da EMPJG se expressou da seguinte maneira:

‘Porque você na adolescência tá passando por uma fase muito conturbada, às vezes, você até encontra problema onde não tem, aí por isso você se influencia muito, você faz coisa errada; mas graças a Deus comigo isso não aconteceu, não (...) Às vezes também quando você tá passando pela adolescência, você pensa em experimentar coisas novas...’ (JL/m)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Os depoimentos e/ou expressões dos adolescentes que responderam ao questionário e participaram do grupo focal, serão citados entre aspas e conterão, em seguida, as seguintes informações: o estabelecimento onde estudam (Escola Municipal Presidente João Goulart ou Colégio Pedro II, identificados respectivamente pelas siglas EMPJG e CPII), série, idade, as iniciais dos nomes dos jovens em letra maiúscula seguidas das letras f ou m, de modo a indicar o sexo.

Por outro lado, essa representação também emerge quando o interesse ou valorização do consumo vinculado ao uso de roupas e tênis de marca (e, portanto, inscritos em algum tipo de padrão) é atribuído ao outro. Dessa forma, esse “outro” é o jovem pobre, ainda que o indivíduo que faça tal afirmação também o seja; o “outro” é o jovem rico, embora o sujeito que faça esse discurso não seja pobre.

Devido ao modo como essa fala é apresentada, em que se insere uma demarcação clara sobre o discurso alheio, creio ser relevante reproduzi-lo:

‘Às vezes eles não ligam tanto em andar com roupa de marca do que as pessoas que têm menos condição financeira. Acho que eles (os que não têm condição financeira) acham que se andarem na moda, com roupa de marca vai tá melhor, vai tá metido a rico.’ (EMPJG, JL/m)

‘Por exemplo, eu tenho uma prima que mora no Leblon. Eu vou pra casa dela, ela só vai pro Downtown, esses negócios assim. Se eu chego num lugar desse com ela com uma roupa comprada na feirinha, cara, todo mundo olha.’ (CPII, MN/f)

A presença dessa representação do adolescente e do jovem em geral, que apresenta um conteúdo de contestação e rebeldia, no entanto, contrasta com preocupações de cunho “adulto” observadas nas respostas ao questionário. Nesse sentido, o ingresso no mercado de trabalho, o foco na formação (de nível superior e/ou que inclua ferramentas como informática e língua estrangeira) figuram entre os argumentos que orientam o gasto das quantias financeiras sugeridas nas perguntas<sup>6</sup>.

Cabe destacar, ainda, que tais argumentos possuem contornos que remetem à realidade social dos adolescentes<sup>7</sup>, o que significa dizer que nem todas as preocupações são compartilhadas, enquanto que uma delas – que diz respeito à compra de produtos destinados ao consumo de toda a unidade familiar – termina por ser abordada somente no interior do grupo formado por estudantes da EMPJG.

Por outro lado, a própria inserção na pesquisa como informante – seja através do questionário, seja da fala no grupo focal – termina por se constituir num dispositivo capaz de suscitar uma reflexão dessa relação com o consumo, o que redundará na configuração de uma postura mais ou menos crítica, dependendo

<sup>6</sup> No último capítulo, onde os procedimentos metodológicos são abordados com detalhe, estão presentes as informações pertinentes às perguntas contidas no questionário aplicado aos adolescentes.

<sup>7</sup> O que nos remete, mais uma vez, aos contornos sócio-econômicos, históricos e culturais afeitos ao conceito de juventude, reclamados por MARGULIS (1996).

da forma como as perguntas são elaboradas e interpretadas pelos adolescentes. Isso significa dizer que o conteúdo de ambigüidade, o qual vem sendo abordado desde o primeiro capítulo, se apresenta com regularidade durante a investigação.

Um exemplo interessante foi o ocorrido quando uma das participantes do grupo focal realizado com alunos do CPII, que indicava em suas palavras uma postura mais crítica em relação à moda, revelou grande entusiasmo ao saber que sua colega de turma era assinante da revista *Capricho*, que, voltada para o público feminino adolescente, apresenta em seu conteúdo uma série de “dicas” sobre como se vestir, de acordo com a moda e com o tipo de corpo. Ambas, no entanto, negaram a importância da moda quando responderam ao questionário, expondo suas idéias da seguinte forma:

‘Não, eu uso o que gosto. Eu faço a minha moda porque eu tenho personalidade’;  
(MN/f)

‘Não, eu sinceramente não acho. Mas a sociedade que impõe essas regrinhas e aí se alguém usar uma roupa totalmente fora de moda seria julgado, todo mundo olharia torto’.(MR/f)

Ainda que essa postura de negação tenha sido colocada de forma tão clara pelas estudantes, as mesmas partilham a identidade de público e consumidoras de um tipo de mídia que tem como matéria-prima a própria moda e sua relação com o corpo.

Aliás, o estudo analítico de Claudia da Silva Pereira sobre a Revista *Capricho* apresentado durante uma das sessões coordenadas do JUBRA<sup>8</sup>, traz elementos interessantes do processo de construção de uma imagem adolescente baseado em padrões estéticos adultos. Nas palavras da autora:

Nesse esforço, as adolescentes, sem aqui referir-se somente às “patricinhas”, tomam como referência as “autoridades” que protagonizam as páginas das revistas que, ensinando o que é “certo e errado”, contribuem para a construção de um modelo de corpo adolescente ideal que nunca será atingido.

---

<sup>8</sup> O trabalho intitula-se “Corpo e sociabilidade na adolescência: construindo identidades, marcando fronteiras” e partiu de sua dissertação de mestrado “Patricinhas da Zona Sul: adolescência nas camadas médias cariocas”, e foi apresentado no Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira: perspectivas e ações em saúde, educação e cidadania ( JUBRA) em outubro de 2004.

Já as participantes do grupo focal com alunos da EMPJG, ao contrário das estudantes do CPII, admitiram ser importante andar na moda, fazendo uso das seguintes expressões:

‘Porque todo mundo olha diferente para você e não me sentiria bem...’;

‘Eu acho muito bom andar na moda para não andar brega. Para ninguém sair falando de você, falando que você está toda largada’.

A representação construída em torno da moda, portanto, admite aspectos contraditórios que, conforme será abordado no próximo capítulo, ora se situam numa perspectiva de elemento de inclusão, ora de exclusão. A moda como objeto de consumo pode, dessa forma, representar uma aliada na composição de uma imagem assimilável de forma positiva pela sociedade, apesar da coexistência de fatores de exclusão, como a questão étnica; pode ser um dispositivo que demonstre o pertencimento a um grupo social – seja do ponto de vista da idade, seja do ponto de vista sócio-econômico.

É interessante notar, ainda, que embora os dois grupos de adolescentes tenham apresentado respostas contrárias, no tocante à importância da moda, a questão da preocupação com olhar do outro está presente, quer numa perspectiva que aponta o estilo como meio de encarar esse olhar, quer na busca por uma adequação, que evite uma postura excludente por parte do outro.

A identidade dos adolescentes que constituíram o foco da pesquisa, portanto, têm seu processo de construção desenvolvido em meio à partilha de representações, que ora se aproximam, ora se afastam. Aliás, esse movimento de partilha de identidade – nos termos de HALL (2001) – seja de público, seja de consumidor, pode não vir necessariamente acompanhado da partilha da identidade de cliente dos mesmos serviços.

Aliás, a discussão empreendida pelo autor em torno da identidade e seu processo de descentramento, ou fragmentação, ao lado da importância conferida pelo mesmo à dinâmica presente entre tempo e espaço se mostra relevante no interior da pesquisa tendo em vista o contato com grupos sociais marcados por diferenças e desigualdades.

À primeira vista, os adolescentes que participaram da pesquisa constituem um grupo marcado por elementos homogêneos: todos na faixa etária dos treze aos dezessete anos; todos estudantes da rede pública de ensino; todos moradores da zona norte da cidade. Entretanto, a identidade partilhada de estudante se fragmenta quando as condições de acesso à educação são analisadas, produzindo um processo que expõe desigualdades. A dependência administrativa dos dois estabelecimentos de ensino se estabelece como um desses traços de diferença e desigualdade. As unidades do CPEI se encontram entre as 13 (treze) escolas da rede federal de ensino no estado; por outro lado, as redes municipais de ensino no Rio de Janeiro contam com quase 3.700 (três mil e setecentas) escolas<sup>9</sup>.

A intensa busca por vagas nos colégios federais, observada sobretudo entre pessoas da classe média, revela que a diferença entre os estabelecimentos de ensino não se inscrevem somente no âmbito da quantidade. Impedidas pela conjuntura sócio-econômica do país de matricular seus filhos em escolas da rede privada, reconhecidas por proporcionarem a seus alunos o acesso a uma preparação voltada para os melhores cursos de nível superior (na maioria da rede pública), bem como a ferramentas do mundo da informática, as famílias buscam como alternativa a rede federal de ensino fundamental e médio, como meio de garantir um ensino de qualidade.

Esse quadro mostra que o grande número de vagas oferecido tanto pela rede municipal de ensino, quanto pela rede estadual – que somam quase 1.500 (mil e quinhentos) estabelecimentos – não apresenta aspectos tão atraentes para essas famílias, o que ocasiona um intenso fluxo de estudantes no interior de processos de seleção para a rede federal.

Assim, os limites do conceito de identidade partilhada, fragmentada e descentrada, conforme propõe HALL (2001), merecem uma atenção especial, na medida que os elementos empíricos abordados na pesquisa apontam para uma perspectiva que, levando em conta o aspecto da desigualdade social, traz à tona alguns contornos mais rígidos afeitos a essa identidade adolescente.

Se, de um lado, os participantes da pesquisa chegam a partilhar faces de uma identidade, como mencionado anteriormente (estudantes, adolescentes, etc.), de outro, há elementos constituintes de sua identidade que são muito próprios do

---

<sup>9</sup> Os números são de 2003, de acordo com o IBGE.

grupo social a que estão vinculados, não sendo possível, portanto, um partilhar com outros provenientes de realidade diversa. As condições de moradia, o acesso a serviços públicos de saúde, educação e lazer, constituem marcas dessa desigualdade que, portanto, se estabelece para além da configuração de uma identidade partilhada, conforme preconiza o autor.

Um outro aspecto do pensamento do autor, relativo à questão da dinâmica das coordenadas espaço e tempo, também merece atenção tendo em vista o tema da pesquisa. De acordo com HALL (2001:72) “(os) lugares permanecem fixos: é neles que temos ‘raízes’. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos – por avião a jato, por fax ou por satélite”.

O contato com os adolescentes e suas realidades desiguais contribuiu para que alguns traços do limite dessa interação pudessem ser trabalhados. No capítulo anterior, foram apresentados alguns argumentos no sentido de demarcar diferenças quanto ao tempo vivenciado pelos personagens dos mundos de “Uóalace” e “João Victor”. Por outro lado, a questão do acesso a tecnologias que permitem esse processo de superação do espaço a partir do tempo, também consiste em uma variável importante, tendo em vista que os sujeitos oriundos das classes baixas não possuem as mesmas facilidades que os membros das elites.

Dessa forma, o acesso à internet, por exemplo, atualmente propagado como ferramenta fundamental em processos os mais diversos, que vão desde o ambiente educacional até a inserção no mercado de trabalho, ainda não constitui um elemento democratizado, na medida que grandes massas permanecem alheias aos componentes desse universo. Se a posse de um computador persiste como um privilégio para poucos, o contato com o mesmo em instituições públicas de ensino ainda não pode ser considerado uma realidade universalizada, mesmo em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro.

Desse modo, a ferramenta que termina por mais se aproximar desse processo de redução de barreiras advindas da coordenada espaço, permanece sendo a televisão que, ao contrário do computador, pode ser encontrada em praticamente qualquer residência – independentemente de suas condições externas – seja num prédio de classe média, seja numa favela da cidade, seja numa área considerada nobre da cidade, seja num local desprovido de serviços básicos de água, esgoto ou limpeza urbana.

A despeito de problemas situados na grande rede de computadores, a livre “navegação” por esse tipo de espaço, bem como a agilidade que lhe é peculiar, difere em muito da programação previamente estabelecida das grandes redes privadas de televisão, cujas produções, em geral, se vinculam a interesses ideológicos (embora apresentados em embalagens de não-ideologia) e comerciais.

Em suma, da mesma forma que a identidade, as representações sociais construídas pelos adolescentes que participaram da pesquisa apresentam traços de proximidade e diferenças. Se nos dois grupos a questão da imagem e do olhar do outro se estabelece como um elemento importante, a forma como lidam com essa “vigilância” apresenta singularidades inerentes a cada grupo. Da mesma forma, a própria relação com os produtos, objetos de seus desejos de consumo, não apresenta contornos homogêneos, quando analisadas as motivações apresentadas pelos participantes da pesquisa para que os introduzam no elenco de suas preferências.

As relações construídas entre os adolescentes e os itens de consumo por eles mencionados, os quais serão abordados com mais profundidade no próximo capítulo, revelam a presença de elementos concernentes à conquista de liberdade individual – como no caso dos desejos de aquisição de carro ou moto; da materialização de obrigações com a família; de acesso ao mundo do trabalho; da preparação no plano profissional; do contato com culturas diversas ou com familiares – no caso de viagens; do acesso a novas tecnologias e serviços, bem como a possibilidade de exibição de um produto mais atualizado – como no caso de aparelhos de telefone celular, máquinas digitais e outros; da construção de uma imagem baseada seja num estilo próprio, seja no de um grupo social.